

XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais  
VII Congresso da Associação Latinoamericana de População  
Foz do Iguaçu/PR – Brasil, 2016

**Dimensões conceituais e estratégias metodológicas para análise da mobilidade espacial:  
migrações e movimentos pendulares para trabalho e estudo**

Palavras-chave:

Mobilidade espacial, migração, movimento pendular, metodologia

Érica Tavares (UFF Campos)

Jéssica Monteiro da Silva Tavares (UFF Campos)

# **Dimensões conceituais e estratégias metodológicas para análise da mobilidade espacial: migrações e movimentos pendulares para trabalho e estudo**

Érica Tavares<sup>1</sup>

Jéssica Monteiro da Silva Tavares<sup>2</sup>

## **Resumo**

Os movimentos da população no espaço constituem um processo social que apresenta uma relação intrínseca com a conformação da estrutura urbana. Neste texto, trabalhamos com o pressuposto de que tais movimentos podem ser apreendidos a partir do conceito de mobilidade espacial, por expressar um processo que decorre das transformações da sociedade, da localização das atividades produtivas, das chances de acesso aos bens e serviços públicos e privados em diferentes escalas, portanto, faz parte das estratégias de apropriação do espaço urbano dos diferentes grupos sociais. Simultaneamente, a mobilidade espacial também influencia a organização da sociedade no espaço, já que a chegada ou movimentação de certo contingente populacional numa determinada área poderá modificar suas condições de reprodução social, as demandas por políticas públicas, o acesso às oportunidades, educação, saúde, trabalho, etc. O objetivo desse texto é sugerir algumas lógicas interpretativas sobre os processos de mobilidade, sobretudo na interseção entre migrações, movimentos pendulares, apropriação do espaço urbano e dinâmica regional. Complementarmente, apresentam-se orientações metodológicas para lidar com informações sobre movimentos pendulares para trabalho e estudo, a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Sendo assim, a metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica e na sistematização operacional sobre a forma de tratar os dados censitários referentes aos movimentos pendulares.

## **Introdução**

A mobilidade espacial da população é um processo social marcante na constituição do espaço urbano, já que cada vez mais esses deslocamentos populacionais ocorrem entre cidades, devido ao predomínio da população urbana. Além disso, é também um processo que decorre das transformações da sociedade, dos modelos econômicos, da localização das atividades produtivas, das chances de acesso aos bens e serviços públicos e privados, entre outros fatores, faz parte das estratégias de localização no espaço urbano dos diferentes grupos sociais. Simultaneamente, a mobilidade espacial também influencia a organização da sociedade no espaço, já que a chegada de certo contingente populacional numa determinada

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFF Campos.

<sup>2</sup> Professora e Mestre em Geografia pela UFF Campos.

área pode modificar sua estrutura demográfica, suas condições de crescimento, as demandas por políticas públicas, acesso à educação, saúde, trabalho, etc.

Apesar dessa relação intrínseca entre a mobilidade espacial e a conformação da estrutura urbana, os movimentos populacionais são bastante diversificados atualmente, especialmente pelo fato de que hoje não há grandes eixos de movimento (enormes fluxos populacionais para um mesmo destino e/ou saídas expressivas de uma mesma origem) como ocorria no período de intensa urbanização. Pode-se dizer que há uma diversidade de fluxos, com mecanismos explicativos mais peculiares que, nesse texto, deverão centrar-se na interseção entre os estudos urbanos, demográficos e sociais.

O trabalho está organizado em duas seções. A primeira apresenta alguns aportes teóricos sobre os movimentos populacionais, a partir do conceito de mobilidade espacial, tratando sobre os movimentos de mudança de residência e os movimentos cotidianos realizados no espaço urbano. O objetivo é apresentar algumas lógicas interpretativas sobre os processos de mobilidade, sobretudo a mobilidade pendular para trabalho e estudo.

Na segunda seção, trabalha-se operacionalmente com os dados sobre os movimentos pendulares, na qual o objetivo é apresentar estratégias metodológicas para estudos e comparações dos movimentos pendulares para trabalho e estudo a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 2000 e 2010.

## **1. Abordagens teórico-conceituais sobre mobilidade espacial: as migrações e os movimentos pendulares**

Geralmente quando se pensa em movimento no campo dos estudos populacionais, a variável mais comum é a migração, inclusive artigos recentes sobre dinâmica populacional e migrações em grandes aglomerados urbanos (BAENINGER, 1998; CUNHA, 2002a; RIGOTTI, 2008; BRITO, 2009) têm apontado a importância da dimensão da mobilidade para explicar a dinâmica populacional, uma vez que as taxas de fecundidade e mortalidade vêm apresentando expressivo declínio. Seja numa abordagem histórico-estruturalista (SINGER, 1977), ou a partir de um enfoque neoclássico-funcionalista (LEE, 1980), ou mesmo em uma proposta que busca articular um olhar micro e macro (WOOD, 1982), durante bastante tempo a dimensão mais acionada ao se falar em mobilidade do trabalhador e acesso a oportunidades

de inserção no mercado de trabalho foram as migrações. Atualmente, a clássica relação migração-trabalho ainda apresenta sua pertinência, entretanto, diante do processo de urbanização e constituição de uma diversidade de aglomerações urbanas, a mobilidade do trabalhador também sofreu certas alterações, seja a partir de uma migração urbano-urbana, seja a partir de deslocamentos diários entre a residência e o local de trabalho.

De qualquer forma, deve-se reconhecer que a realidade urbana atual complexifica as possíveis explicações para os movimentos de população. O grande problema é que as bases teóricas dos novos modelos explicativos são geralmente muito frágeis e as classificações são muito mais descritivas do que analíticas (SIMMONS, 1991).

Este artigo pretende considerar os movimentos populacionais a partir do conceito de mobilidade espacial, a fim de compreendê-los em sua dimensão social e na relação estabelecida com os lugares de origem e destino. Isso porque os movimentos populacionais urbanos, tanto os relativos à mudança de residência como aqueles referentes aos deslocamentos cotidianos, estão estreitamente relacionados às potencialidades e aos constrangimentos da estrutura urbana – acesso à moradia, trabalho, educação, lazer etc.

Segundo Urry (2007), a sociedade contemporânea se organiza em torno de diversas práticas que geram um constante movimento de idéias, informações, objetos e pessoas. Ou seja, as pessoas estão inseridas em um conjunto dinâmico de relações, estruturas e instituições, nas quais a mobilidade se torna um aspecto central para essa inserção.

### **1.1. Mobilidade espacial enquanto processo social**

Com o predomínio da migração entre áreas urbanas, especialmente movimentos de distância mais curta, passa-se a ter uma condição espacial similar entre origem e destino, o que não torna apropriada uma análise focada apenas em grandes eixos de movimento, é preciso uma análise que abarque a diversidade espacial e social destes movimentos.

Essa diversidade interna entre os fluxos no próprio espaço urbano também é ressaltada por Rodriguez (2011), uma vez que os fatores explicativos são mais amplos e complexos, sendo necessário trabalhar com modelos conceituais para distintos tipos de migração entre cidades. Rodriguez aponta quatro destes tipos, que podem ser resumidos da seguinte forma: a) **migração clássica por trabalho**: que envolve perda e busca de trabalho, sendo esta última

mais próxima das perspectivas de racionalidade econômica; pressupõe-se também que o movimento seja de áreas com alto nível de desemprego para áreas com baixo nível; b) **migração socioeconômica clássica**: que envolve a busca por melhores condições de vida, como acesso a serviços básicos, saúde, educação primária e secundária, chances de mobilidade social ascendente; pressupõe-se que o fluxo seja de áreas com piores condições de vida para áreas consideradas com condições melhores; c) **migração por educação**: envolve a busca por oportunidades de formação, normalmente superior; pressupõe-se que ocorra de áreas com menores vagas na universidade para áreas com maiores opções de ensino; d) **migração residencial**: envolve a busca por qualidade de vida em geral e qualidade domiciliar em particular, é uma mobilidade espacial muito significativa entre cidades na atualidade e pode operar em sentido inverso aos outros tipos de migração; em alguns casos a emigração pode satisfazer as aspirações de qualidade de vida ou contornar as dificuldades de permanência nas áreas de origem, em qualquer situação, pode ocorrer ou não o desligamento com o mercado de trabalho na origem (RODRIGUEZ, 2011). Apesar de estabelecer esses tipos, buscando avaliar o atrativo migratório em diversas cidades, o próprio autor comprova a dificuldade de estabelecer relações claras entre migração e diversos indicadores sociais e econômicos (como educação, acesso a serviços básicos e equipamentos modernos – acesso a novas tecnologias), isso ao nível do território<sup>3</sup>.

Além dos movimentos populacionais migratórios, é possível destacar também os deslocamentos temporários, ou seja, aqueles que ocorrem cotidianamente com retorno ao município de origem, o que chamamos de movimento pendular. A migração mais relacionada ao acesso à moradia pode estar ligada a esta mobilidade cotidiana, sobretudo no caso das migrações de curta distância no interior de aglomerações urbanas, uma vez que as pessoas trabalhadoras das famílias podem mudar de lugar de moradia, mas continuarem trabalhando no lugar de origem da migração. Portanto, a mobilidade espacial parece estar atrelada tanto ao mercado de trabalho e à dinâmica econômica, como ao mercado do solo, ao acesso à moradia, aos arranjos familiares e às condições de mobilidade cotidiana nestes espaços.

A mobilidade espacial pode ser compreendida como uma dimensão da produção da existência, especialmente pelas mudanças ocorridas nos volumes, trajetórias e significados desses movimentos no espaço urbano, que podem relacionar-se tanto com a busca por

---

<sup>3</sup> O autor trabalha com um recorte de segmentos do sistema de cidades, especialmente a partir do porte populacional. Os tipos de migração citados se baseiam no texto do autor, mas não são uma reprodução literal. Cf. Rodriguez, 2011, p. 12-13.

trabalho e/ou moradia, quanto com aspectos socioculturais das pessoas e dos lugares de origem e destino. Para analisar um processo social, como os movimentos populacionais, deve-se compreendê-lo também em sua perspectiva histórica e na relação que apresenta com a sociedade em que ocorre. Neste sentido e diante das mudanças apontadas, também tem sido interessante analisar tais movimentos e a distribuição dos grupos populacionais envolvidos em processos de mobilidade espacial em escalas mais reduzidas, como na escala interna da cidade, conforme estudo de Silva (2013).

Em publicação do IBGE sobre os deslocamentos populacionais (OLIVEIRA, 2011)<sup>4</sup>, os pesquisadores expõem a demanda por explicações teóricas para os novos processos que têm ocorrido no Brasil, destacam ainda alguns aspectos, como o redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; os deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; os movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos. Inclusive para este tipo de mobilidade espacial ocorreu o inverso do movimento migratório, já que apresenta uma ampliação das distâncias percorridas e passa a envolver cada vez mais aglomerações no interior dos estados.

As dimensões conceituais ligadas aos movimentos pendulares ainda são muito ancoradas nos estudos migratórios, o que, a princípio, não é um problema, mas pode revelar as lacunas ainda existentes em garantir certo nível de abstração teórica que aponte os aspectos conceituais próprios de tal processo. Sendo assim, a análise conceitual e empírica a seguir passa a contemplar o estudo dos movimentos pendulares.

## **1.2. Mobilidade espacial para trabalho**

Os deslocamentos cotidianos para trabalho estão ligados a diversos elementos da estrutura urbana e à forma como o espaço de uma cidade ou região se organiza, relacionam-se, sobretudo, à localização da moradia e dos postos de trabalho em diversos setores de atividades econômicas.

---

<sup>4</sup> Nesta publicação, Oliveira (2011) aponta algumas tendências: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; ii) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na Região Nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do País; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná.

Por um lado, o movimento pendular para trabalho é um tipo de mobilidade espacial estreitamente ligado a dimensões urbano-regionais, à organização econômica do espaço regional. As informações sobre este tipo de deslocamento também constituem importante referencial para analisar a metropolização e a expansão urbana, assim como os processos de formação de centralidades e periferias urbanas (MOURA et al., 2005; SILVA, 2013). As centralidades dessas áreas são facilmente perceptíveis e contribuem também na identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e trabalho – o que se traduz na divergência de localização das atividades econômicas e, conseqüentemente, dos postos de trabalho, em relação à localização da população.

As origens dos estudos relacionados aos movimentos pendulares em função de trabalho estão na própria reflexão desenvolvida sobre a formação das regiões metropolitanas. De acordo com Adams (1995 apud MOURA et al., 2005), a área metropolitana relaciona-se a um sistema de assentamento orientado para a produção, com origens na cidade industrial. Nesse sistema, os deslocamentos em função de trabalho integram o núcleo metropolitano às áreas do entorno residencial. Com o avanço tecnológico e o aprimoramento e crescimento do sistema de transportes e comunicações, ocorrem mudanças nos padrões demográficos e na vida cotidiana da população urbana, onde é possível verificar uma expansão das áreas urbanas existentes com uma diversidade socioespacial crescente. Com essa ampliação do espaço metropolitano há, conseqüentemente, uma ampliação do movimento das pessoas neste território – o movimento pendular se torna mais que uma característica da vida metropolitana, passando mesmo a ser um indicador desta articulação e do seu espaço de atividade.

Por outro lado e de forma complementar, o movimento pendular para trabalho também está ligado à organização social do espaço urbano, às formas de uso e apropriação do espaço. O acesso às oportunidades pode ser potencializado por mecanismos relacionados às condições de mobilidade para trabalho, tal acesso depende da posse de capital social, econômico, cultural. “A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 1997, p. 164). O acesso às oportunidades também passa pela capacidade de uma pessoa ou de um domicílio em acionar os ativos disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, a fim de aprimorar sua situação social e qualidade de vida ou evitar sua piora nessas condições (KAZTMAN, 1999). Portanto, a mobilidade cotidiana pode ser compreendida com um dos mecanismos/ativos que permitem acessar uma estrutura de oportunidades desigualmente distribuída no espaço.

Portanto, os movimentos pendulares para trabalho estão relacionados às desigualdades sociais que se expressam na espacialização da população e das oportunidades de trabalho. Nesse sentido, devem ser compreendidos no contexto das mudanças na territorialização da estrutura produtiva, do emprego e da moradia. Ou seja, existe uma segmentação residencial e uma segmentação econômica do espaço que influenciam os movimentos pendulares para trabalho. Estes também devem ser compreendidos na relação dialética existente entre centralidades e periferias, mobilidade e imobilidade, segregação e fragmentação urbana, etc.

### **1.3. Mobilidade espacial para estudo**

Embora o principal motivo dos deslocamentos seja a procura por trabalho, a busca por oportunidades educacionais também é motivação de deslocamentos cotidianos. O padrão espacial da localização dos estabelecimentos de ensino, de forma concentrada em determinados espaços, a gratuidade e a qualidade das instituições de ensino contribuem para a ocorrência de deslocamentos frequentes entre residência e unidade de ensino por parte de um amplo número de estudantes. Tanto o acesso como a permanência desses estudantes nas escolas e universidades são afetados pelas dificuldades que eles enfrentam por ter que se deslocar diariamente entre suas residências e as instituições que estudam. Esses estudantes que ultrapassam a fronteira administrativa de seu município de residência para estudar em outro foram denominados de estudantes pendulares por Tavares (2016).

Na análise sobre esse tipo de deslocamento não se pode desconsiderar os processos decisórios que envolvem a resistência e adaptação inicial dos estudantes pendulares. Trata-se do conceito chamado “geografia de oportunidades”, desenvolvido por Galster e Killer (1995 apud ALVES et al., 2010, p. 69), buscando “relacionar o processo de tomada de decisões com o contexto geográfico dos indivíduos”. Segundo esses autores, existem variações objetivas e subjetivas que podem alterar o processo de tomada de decisões:

*A Geografia Objetiva de Oportunidades*, isto é, a estrutura, qualidade e o acesso às oportunidades (sistemas sociais, mercados e instituições), variam entre uma região e outra. Ao mesmo tempo, a *Geografia Subjetiva de Oportunidades* (os valores, anseios, preferências e percepções subjetivas acerca das oportunidades e dos potenciais resultados da tomada de decisões) também varia geograficamente. A *Geografia Subjetiva* limita as oportunidades que, de fato, estão acessíveis aos indivíduos (ALVES et al., 2010, p. 69).



Nesta concepção, as oportunidades de acesso às unidades de ensino de qualidade por famílias de classes mais populares podem ser limitadas tanto pela indisponibilidade de escolas e universidades, como também por não estarem dentro das “opções possíveis”, já que os valores e as expectativas são diferenciados em cada família, que apresentam características econômicas, culturais e sociais distintas. Ou seja: a educação não é percebida e vivenciada da mesma maneira em todas as famílias.

Também é preciso considerar que a mobilidade pendular para estudo está atrelada às políticas educacionais vigentes, em nível nacional ou regional. No caso do Brasil, os deslocamentos em busca de oportunidades educacionais, principalmente de nível superior, têm se intensificado nos últimos anos, processo relacionado à expansão da oferta de ensino superior a nível nacional, entre outros fatores. Essa expansão vem ocorrendo no Brasil a partir da última década, tanto na esfera pública, quanto na privada, com a implementação de programas como PROUNI, REUNI e FIES<sup>5</sup> que ampliam as vagas e o acesso à educação superior.

Outro projeto relacionado à educação superior merece destaque, pois tem potencializado o deslocamento de estudantes pelo território brasileiro. Trata-se do Sistema de Seleção Unificada (SISU), um sistema coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) pelo qual instituições públicas de ensino superior disponibilizam vagas em seus cursos presenciais. Os candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) podem se inscrever em quaisquer universidades do Brasil, podendo escolher até duas opções entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes (SISU, 2016). Esse projeto facilita aos estudantes a inscrição e acompanhamento das etapas do processo seletivo das universidades, mesmo que elas estejam distantes de seu local de residência. As provas são realizadas no próprio município dos candidatos, que, após aprovados, se articulam e podem engendrar deslocamentos pelo território para frequentar o curso pretendido.

Sobre a mobilidade populacional para fins de estudo, destacam-se os trabalhos de Pereira (2006) e Lima (2015), que trazem contribuições acerca dos estudantes pendulares da educação básica (nível médio), das redes públicas de ensino em Brasília (DF) e Natal (RN), respectivamente. Em ambas as abordagens, foram detectadas uma incoerência espacial entre a oferta e a demanda pelos serviços de educação, assim como foi destacado o papel chave dos

---

<sup>5</sup> Programa Universidade para todos – PROUNI (Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005); Programa de apoio à planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007); Programa de Financiamento Estudantil – FIES (Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001).

deslocamentos pendulares na compreensão dos aglomerados urbanos e suas dinâmicas. Análise específica sobre movimentos espaciais de estudantes feita em trabalho anterior Tavares e Tavares, (2014), indica que a renda domiciliar e faixa etária dos estudantes são elementos importantes para efetivação dos deslocamentos, pois as famílias com renda mais alta têm maior representatividade nos movimentos em busca de oportunidades educacionais em outros municípios, assim como o grupo de jovens e adultos, com idade entre 15 a 24 anos. Ou seja, a mobilidade é um ativo para acessar as oportunidades educacionais, porém ela própria também pode depender das condições sociais e econômicas para ser realizada.

## **2. Estratégias metodológicas para estudo da mobilidade espacial para trabalho e estudo**

A importância de considerar os dados sobre mobilidade espacial (tanto a mobilidade residencial como a mobilidade cotidiana) está na fundamentação conceitual que suscitam, enquanto um processo social, mas também no aporte empírico que proporcionam, ao permitir debater temas atuais sobre a realidade urbana, tanto em termos conceituais e operacionais, como também aqueles ligados à implementação de políticas públicas (RODRIGUEZ, 2011).

Em termos operacionais, há algumas controvérsias sobre os problemas e/ou limitações de variáveis referentes à migração e ao movimento pendular. Isso porque a migração geralmente é considerada como uma mobilidade que implica mudança de residência, mas essa mudança pode ocorrer em distintas distâncias, inclusive por movimentos intraurbanos ou entre áreas muito próximas, mesmo de cidades diferentes. Por sua vez, a mobilidade pendular geralmente abarca distâncias mais limitadas, por serem movimentos cotidianos, mas podem envolver movimentos entre regiões e estados, assim como ser realizado de um bairro a outro, mas com origem e destino em municípios diferentes. Trabalhos como o de Cunha (2002b), Cunha et al. (2006), Pereira (2006) e Lima (2015) contemplam tanto deslocamentos intermunicipais como intramunicipais, considerando as trocas populacionais constantes entre diferentes bairros do mesmo município.

A partir dos apontamentos conceituais colocados, reconhecemos que ao trabalhar com indicadores de migração e movimento pendular estamos nos aproximando da dimensão da mobilidade espacial, ou seja, os dados constituem uma *proxy* da mobilidade espacial, afinal essas dimensões conceituais e a própria realidade ultrapassam os dados utilizados.

Os Censos Demográficos brasileiros são realizados pelo IBGE a cada dez anos, com abrangência em todo território nacional. A possibilidade de comparação analítica entre os censos permite identificar diversos aspectos da dinâmica populacional em nível nacional, estadual ou municipal. É uma grande pesquisa que funciona como importante fonte de dados sobre migrações e principalmente movimentos pendulares no Brasil. Os *surveys* censitários e amostrais realizados por instituições de pesquisa comumente consideram por migração a mudança de residência em nível municipal. Os censos demográficos no Brasil consideram três aspectos da migração: o lugar de nascimento; o lugar de residência anterior, segundo o tempo ininterrupto de residência atual; e o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa – esse “lugar” é um município.

Realizado desde 1872, a pesquisa censitária no Brasil só tratou da mobilidade pendular nos censos de 1970, 1980, 2000 e 2010. Houve uma lacuna na coleta dessa informação uma vez que o censo de 1991 não contemplou o movimento pendular. Em 2000 a informação voltou a ser coletada de maneira agregada para deslocamentos para trabalho e estudo, com uma única pergunta. Em 2010, último censo realizado, foi feita uma revisão metodológica que levou em consideração as demandas dos usuários dos dados dos censos demográficos, resultando em algumas alterações no formato da investigação do tema, incorporando novas perguntas ao questionário sobre movimentos pendulares, desmembrando a pergunta em dois blocos: um para trabalho; e outro para estudo – o que tornou possível obter a distribuição dos trabalhadores e estudantes que se deslocam entre municípios, possibilitando assim, uma análise mais detalhada desses movimentos.

Com base nos resultados do Censo 2010 e estudos recentes do IBGE quanto aos deslocamentos entre municípios para estudo e trabalho, pode-se perceber a relevância dessas informações para quantificar e qualificar esses fluxos, assim como para compreender as relações funcionais que são estabelecidas entre as localidades e planejar atividades em níveis local e regional. Segundo o IBGE (2012):

O conhecimento da intensidade desses fluxos, além de facilitar a racionalização dos sistemas de transporte, permite melhorar a qualidade de vida das populações, pela redução dos custos de transporte, do tempo gasto nos deslocamentos e da diminuição dos níveis de poluição, entre outros (IBGE, 2012, p. 79).

Os resultados da amostra do Censo Demográfico 2010 indicam que, das 59.565.188 pessoas que declararam frequentar escola ou creche no Brasil, 4.301.914 o faziam em outro município, o que representa 7,2% do total. Para estudar em país estrangeiro o total foi de 37.059 pessoas em deslocamento.

Quanto ao deslocamento para trabalho, das 86.353.839 pessoas de 10 anos ou mais de idade que declararam estar ocupadas na semana de referência, 10.146.721 tinha como local de exercício do trabalho principal, outro município, diferente ao de sua residência, o que representa 11,8% do total. A maioria, como esperado, trabalha no próprio município de residência, que corresponde a 87,2% do total. Para trabalhar em país estrangeiro foram 35.984. E ainda, há aqueles que trabalham em mais de um município ou país (903.585).

## 2.1. Estudo dos movimentos pendulares a partir dos Censos 2000 e 2010

Como visto, o movimento pendular está geralmente ligado à expansão de uma determinada região que exerce influência, em termos de centralidade, no que se refere à inserção no mercado de trabalho ou acesso às oportunidades educacionais, portanto é de suma importância haver perguntas separadas para estas dimensões. A pergunta sobre movimentos pendulares nos censos demográficos brasileiros sofreu algumas alterações ao longo do tempo. Neste trabalho, vamos nos concentrar nos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Em 2000, a pergunta era a mesma para movimento de trabalho e estudo. Através da variável V4276 dos microdados da amostra é possível identificar o “Município/Unidade da Federação ou País estrangeiro em que a pessoa trabalha ou estuda”, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Variável de movimento pendular no Censo Demográfico Brasileiro – 2000

V4276	<p>CÓDIGO DO MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO QUE TRABALHA OU ESTUDA</p> <p>Município/Unidade da Federação ou País estrangeiro em que a pessoa trabalha ou estuda.</p> <p>- As descrições encontram-se no arquivo "Municípios e País Estrangeiro - V4276.xls"</p>
-------	---

Fonte: Dicionário de Variáveis – Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

A partir desta questão, não era possível saber diretamente se o movimento era para um motivo ou para outro. Uma *proxy* desta distinção é ver se a pessoa só trabalhava ou só estudava com outras variáveis do censo<sup>6</sup>. Sendo assim, se a pessoa realiza movimento pendular e apenas trabalha, obviamente o movimento era para trabalho. Se a pessoa realiza movimento pendular e somente estuda, o movimento era por motivo de estudo. A indefinição

<sup>6</sup> Para identificar nos microdados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE) se a pessoa era estudante pode-se utilizar a variável v0429 igual 1 ou igual a 2 (frequência à escola ou creche). Para identificar se a pessoa trabalha, é preciso considerar conjuntamente as variáveis v0439, v0440, v0441, v0442 ou v0443 igual a 1 (que considera trabalho remunerado ou não-remunerado na semana de referência).

se dá quanto àqueles que trabalham e estudam e realizam movimento pendular. Para se ter uma ideia, no Brasil, dos cerca de 7 milhões<sup>7</sup> de pessoas que faziam movimento pendular em 2000, 73% eram apenas trabalhadores, 17% eram apenas estudantes e 10% eram trabalhadores e estudantes simultaneamente. Ou seja, apenas para estes últimos, não se sabe se o movimento era para trabalho ou estudo.

Sendo assim, com os dados do Censo 2000, as pessoas que realizam movimento pendular, podem ser divididas em três grupos: só trabalham, só estudam, trabalham e estudam<sup>8</sup>. O cuidado que se deve ter para não deturpar o dado ao calcular, por exemplo, a taxa de saída ou entrada separadamente para trabalho e estudo, é considerar no denominador o respectivo grupo populacional referente à população total do município: o total de pessoas que só trabalham ou que só estudam, para fins de comparação. Como exemplo, parte do banco de dados<sup>9</sup> elaborado a partir desta estratégia para todos os municípios do Brasil em 2000, segue a estruturação do quadro 2.

Quadro 2 – Definição de dados sobre movimento pendular (saída) – 2000

saida_total_00	Total de pessoas que saem do município por movimento pendular em 2000
saida_sotrab_00	Total de pessoas que saem do município por movimento pendular em 2000 (só para trabalho)
saida_soest_00	Total de pessoas que saem do município por movimento pendular em 2000 (só para estudo)
saida_trabest_00*	Total de pessoas que saem do município por movimento pendular em 2000 (para trabalho e/ou estudo)
persaida_total_00	Taxa de Saída - Percentual de pessoas que saem do município por movimento pendular em 2000 (sobre população total)
persaida_sotrab_00	Taxa de Saída para Trabalho - Percentual de pessoas que saem do município por movimento pendular em 2000 (só para trabalho por população do município que só trabalha)
persaida_soest_00	Taxa de Saída para Estudo - Percentual de pessoas que saem do município por movimento pendular em 2000 (só para estudo por população do município que só estuda)
persaida_trabest_00*	Percentual de pessoas que saem do município por movimento pendular em 2000 (para trabalho e/ou estudo) sobre saída total

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2016). Banco de Dados do Movimento Pendular nos Municípios Brasileiros 2000 e 2010. Disponível em: [www.observatoriodasmetropoles.net/metrodata](http://www.observatoriodasmetropoles.net/metrodata)

\*Este percentual contribui para avaliar o peso (participação) daqueles que saem do município e estudam e trabalham simultaneamente sobre o total de pendulares, para os quais não é possível saber se o movimento pendular é para trabalho ou estudo, ou ambos.

<sup>7</sup> Este total considera aqueles que possuem identificação clara de origem e destino e de trabalho e/ou estudo.

<sup>8</sup> Conforme consta em relatório elaborado por Moura et al. (2009).

<sup>9</sup> Disponível em: [www.observatoriodasmetropoles.net/metrodata](http://www.observatoriodasmetropoles.net/metrodata)

Já em 2010, tivemos perguntas separadas. Para os movimentos intermunicipais no Brasil, denominados de movimento pendular, utilizamos as variáveis do Censo Demográfico de 2010 que separa movimentos para estudo e trabalho. Nos microdados, as variáveis utilizadas para movimento em função de estudo e trabalho estão descritas no quadro 3.

**Quadro 3 – Variáveis de movimento pendular no Censo Demográfico Brasileiro – 2010**

<b>Estudo</b>	
V0636	MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO QUE FREQUENTAVA ESCOLA (OU CRECHE): 1- Neste município 2- Em outro município 3- Em país estrangeiro Branco
V6364	MUNICÍPIO QUE FREQUENTAVA ESCOLA (OU CRECHE) – código: - A relação de códigos encontra-se no arquivo: “Migração_Municípios_2010 V6254 V6264 V6364 V6604.xls”
<b>Trabalho</b>	
V0660	EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA: 1- No próprio domicílio 2- Apenas neste município, mas não no próprio domicílio 3- Em outro município 4- Em país estrangeiro 5- Em mais de um município ou país Branco
V6604	EM QUE MUNICÍPIO TRABALHAVA - código: - A relação de códigos encontra-se no arquivo: “Migração_Municípios_2010 V6254 V6264 V6364 V6604.xls”

Fonte: Dicionário de Variáveis – Censo Demográfico de 2010 (IBGE).

As variáveis V6364 e V6604 são utilizadas para identificar o destino do movimento pendular (município) para estudo ou trabalho, respectivamente. A mudança ocorrida na forma de coletar a informação sobre movimento pendular foi muito importante para os estudos populacionais e urbanos, sobretudo para linhas de pesquisa que tratam sobre mercado de trabalho e oportunidades educacionais. Essa, inclusive, era uma das dificuldades encontradas por pesquisadores da área educacional, que restringia a tabulação e análise de dados sobre deslocamento para estudo, levando à ausência de estudos específicos sobre o tema.

Como exemplo, parte do banco de dados<sup>10</sup> elaborado a partir destas variáveis para todos os municípios do Brasil em 2010, segue a estruturação do quadro 4.

<sup>10</sup> Disponível em: [www.observatoriodasmegacidades.net/metrodata](http://www.observatoriodasmegacidades.net/metrodata)

Quadro 4 – Definição de dados sobre movimento pendular (saída) – 2010

saida_total_10	Total de pessoas que saem do município para trabalhar e/ou estudar em 2010 (quem faz os dois movimentos foi contado uma vez)
saida_trab_10	Total de pessoas que saem do município para trabalhar em 2010
saida_est_10	Total de pessoas que saem do município para estudar em 2010
saida_trabest_ig_10	Total de pessoas que saem do município para trabalhar e estudar em outro município igual 2010
saida_trabest_dif_10	Total de pessoas que saem do município para trabalhar e estudar em municípios diferentes 2010
persaida_total_10	Taxa de Mobilidade - Percentual de pessoas que saem do município para trabalhar e/ou estudar em 2010 sobre população total (quem faz os dois movimentos foi contado uma vez)
persaida_trab_10	Taxa de Repulsão para Trabalho - Percentual de pessoas que saem do município para trabalhar em 2010 (sobre população ocupada)
persaida_est_10	Taxa de Repulsão para Estudo - Percentual de pessoas que saem do município para estudar em 2010 (sobre população estudante)

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2016). Banco de Dados do Movimento Pendular nos Municípios Brasileiros 2000 e 2010. Disponível em: [www.observatoriodasmetrosoles.net/metrodata](http://www.observatoriodasmetrosoles.net/metrodata)

Diante das mudanças ocorridas, dois cuidados operacionais são importantes ao trabalhar com as informações de movimentos pendulares nos referidos anos e realizar a comparação entre os censos, conforme observa-se a seguir.

## 2.2. A comparação entre os censos ao analisar trabalho e estudo

Diante da exposição anterior sobre o censo 2000, nota-se que há uma possibilidade de comparação entre os censos 2000 e 2010 ao analisar *separadamente* os motivos de trabalho e estudo, uma vez que é possível comparar quem só trabalha e faz movimento pendular em 2000 com os que em 2010 responderam à pergunta específica sobre trabalho; assim como é possível comparar quem só estuda e fazia movimento pendular em 2000 com os que responderam em 2010 à pergunta específica sobre estudo.

Obviamente, nesse caso, deve-se reconhecer a limitação em relação aos valores de 2000, devido à perda daqueles que faziam movimento pendular e simultaneamente estudavam e trabalhavam. Sendo assim, a validade e confiabilidade desta comparação devem ser avaliadas em cada município ou aglomeração urbana específica, uma vez que, ao considerar os três grupos populacionais de movimento pendular, o peso deste último deve ser pequeno<sup>11</sup>, para a comparação fazer sentido.

<sup>11</sup> Silva (2012) trabalhou com um percentual limite de até 10%, usando o percentual nacional total como critério.

Apesar do avanço com as perguntas separadas, também deve-se ter cuidado quando o foco do estudo é analisar o movimento pendular geral no município ou aglomeração urbana. Ou seja, geralmente quando se objetiva analisar a atratividade do município, sua área de influência, a articulação regional e a circularidade de pessoas, busca-se analisar *conjuntamente* informações sobre trabalho e estudo – por exemplo, o total de pessoas que fazem movimento pendular para o município ou que dele saem (para trabalho e/ou estudo).

No caso do Censo 2010, é importante notar que não se deve apenas somar a quantidade de pessoas que declarou fazer movimento pendular para trabalho com a quantidade de pessoas que declarou o mesmo para estudo. Isso porque ao extrair informações separadamente para trabalho e estudo e atribuí-las a um município, pode-se duplicar indivíduos que realizam movimento pendular por ambos os motivos, uma vez que há pessoas que saem para trabalhar e estudar em municípios iguais e aqueles que ainda saem para trabalhar e estudar em municípios diferentes (mora em um, estuda em outro, trabalha em outro). Nesses casos, quem faz os dois movimentos deve ser computado apenas uma vez em um banco de dados geral, como consta em Observatório das Metrôpoles (2016).

O quadro 4 apresentado acima esclarece tais variáveis. A variável *saida\_total* é a soma dos que saem para trabalho e/ou para estudo, os que saem para ambos os motivos com destino a um mesmo município e os que saem para ambos os motivos para municípios diferentes. No banco de dados referido, essa população que sai para ambos os motivos, no cálculo percentual foi incluída tanto no trabalho como no estudo (quando se analisa separadamente), mas está discriminada nos números absolutos (*saida\_trabest\_ig\_10* e *saida\_trabest\_dif\_10*).

### **2.3. Análise de dados de movimento pendular em 2000 e 2010**

Para melhor compreensão das explicações metodológicas, vamos considerar como exemplo, a partir do banco de dados mencionado, as informações sobre movimento pendular do município de São Gonçalo, que faz parte da RMRJ (quadro 5). A escolha deste município deve-se ao fato de que em 2000 apresentou o maior número absoluto de saída de pessoas através do movimento pendular entre todos os municípios do Brasil. Em 2010, ficou em segundo lugar, perdendo apenas para o município de São Paulo, que teve um crescimento expressivo de saída de trabalhadores.



Quadro 5 – Dados de Movimento Pendular - Município de São Gonçalo (RJ) – 2000 e 2010

2000		2010	
<i>Pop. Total</i>	891.119	<i>Pop. Total</i>	999.728
<b>Saída</b>			
<i>Saída Total</i>	149.379	<i>Saída Total</i>	196.317
<i>Saída só trabalho</i>	122.072	<i>Saída só trabalho</i>	162.268
<i>Saída só estudo</i>	15.134	<i>Saída só estudo</i>	22.735
Saída Trab. e/ou Est.	11.979	Saída Trab. e Est. Munic =	6.901
Saída Trab. e/ou Est. (%) <sup>(1)</sup>	8,0	Saída Trab. e Est. Munic ≠	4.414
<i>Saída Total (%)</i>	26,6	<i>Saída Total (%)</i>	19,6
<i>Saída só trabalho (%)</i>	39,6	<i>Saída trabalho (%)</i> [162.268+11.315]	38,8
<i>Saída só estudo (%)</i>	6,9	<i>Saída estudo (%)</i> [22.735+11.315]	11,9
<b>Entrada</b>			
<i>Entrada Total</i>	18.158	<i>Entrada Total</i>	31.686
<i>Entrada só trabalho</i>	13.989	<i>Entrada só trabalho</i>	24.187
<i>Entrada só estudo</i>	2.774	<i>Entrada só estudo</i>	7.027
Entrada Trab. e Est.	1.372	Entrada Trab. e Est.	471
Entrada Trab. e Est. (%) <sup>(1)</sup>	7,6	-	-
<i>Entrada Total (%)</i>	3,2	<i>Entrada Total (%)</i>	3,2
<i>Entrada só trabalho (%)</i>	4,5	<i>Entrada trabalho (%)</i> [24.187+471]	5,5
<i>Entrada só estudo (%)</i>	1,3	<i>Entrada estudo (%)</i> [7.027+471]	2,6

Fonte: Observatório das Metrôpoles (2016). Banco de Dados do Movimento Pendular nos Municípios Brasileiros 2000 e 2010. Disponível em: [www.observatoriodasmetropoles.net/metrodata](http://www.observatoriodasmetropoles.net/metrodata).

<sup>(1)</sup> Estes percentuais, distintamente dos demais, não são sobre a população que trabalha e estuda, mas sobre o total de pessoas que realiza movimento pendular.

Nota: Os dados em itálico são comparáveis, os demais são aproximáveis em termos de comparação, quanto menor for o percentual de <sup>(1)</sup>.

Primeiramente, vamos tratar sobre a análise conjunta, sobre o total de pessoas que faz movimento pendular. Conforme consta no quadro 5, de 2000 para 2010, houve um aumento considerável dos movimentos pendulares no município de São Gonçalo, tanto de entrada como de saída para ambos os motivos. A quantidade de saída total (para trabalho e estudo), em números absolutos passou de 149.379 em 2000 para 196.317<sup>12</sup> no ano de 2010 (um aumento de 31,4%). O quantitativo de entradas também apresentou aumento: em 2000

<sup>12</sup> Para este total, quem faz os dois movimentos foi contado apenas uma vez. Para obter essa informação conjunta em 2010 (a população pendular total), não se pode ir nas variáveis separadas de trabalho e estudo e somar as pessoas que declararam realizar tais movimentos; é preciso separar o grupo de pessoas que realiza os dois movimentos simultaneamente e computá-los apenas uma vez, para não duplicar.

entraram 18.158 pessoas no município, em 2010, 31.686 entraram para trabalhar e/ou estudar (o aumento foi expressivo: 74%).

No caso de São Gonçalo, apesar do aumento em números absolutos, se consideramos estes valores em relação à população total do município, houve certa diminuição da proporção de pendulares, de 26,6% em 2000 para 19,6% em 2010 em relação à saída de pessoas; e permaneceu em 3,2% no que se refere às entradas em São Gonçalo.

Sobre as informações de saída e entrada, vamos analisar a seguir apenas as informações sobre saída, devido aos limites deste artigo.

No que se refere ao motivo de trabalho, em 2000 havia 122.072 pessoas que saíam de São Gonçalo para trabalhar em outro município (estes só eram trabalhadores, não estudantes); já em 2010, a saída estrita para trabalho subiu para 162.268 pessoas, o que nos permite afirmar que houve aumento do movimento pendular de saída do município para trabalho. No que se refere ao motivo de estudo, havia 15.134 estudantes que saíam de São Gonçalo para estudar em outro município em 2000; em 2010 o número destes estudantes elevou-se para 22.735. Ou seja, tanto os movimentos de saída para trabalho como para estudo aumentaram em números absolutos.

Entretanto, no ano 2000 eram 11.979 que faziam movimento pendular de saída do município, para os quais não sabemos se era para trabalhar ou estudar. Estes correspondiam a 8% do total da população que faz movimento pendular de saída (11.979/149.379), um percentual pequeno, abaixo do percentual nacional (10%). Já em 2010, como já havia perguntas separadas, 6.901 saíam para trabalhar e estudar no mesmo município de destino e 4.414 faziam movimento pendular entre três municípios, ou seja: morava em um, trabalhava em outro e estudava em um terceiro. A grande diferença de 2000 em relação a 2010 é que para esses 11.979 que trabalham e estudavam em 2000, não se sabe se o movimento é para trabalho ou estudo ou ambos. Já para os 11.315 (4.414+6.901) de 2010 podemos incluí-los tanto no total de trabalho quanto no de estudo, ao realizar estudos separados (isso significa que em estudos separados não é preciso preocupar-se com a duplicação de indivíduos).

Em 2000, 39,6% da população que só trabalhava residente do município de São Gonçalo saía para trabalhar em outro. Em 2010, 38,8% da população ocupada total saía para trabalhar (inclusive os que trabalham e estudam em outro município). De qualquer forma, pode-se dizer que houve uma pequena diminuição, até porque os valores de 2000 estão subestimados (por não considerarmos os que trabalham e estudam nesse caso).

Já em relação ao estudo, 6,9% da população que só estudava residente do município de São Gonçalo saía para estudar em outro em 2000. Em 2010, 11,9% de todos os estudantes faziam o movimento pendular para estudo – o que também sugere um aumento desta participação.

## **Considerações Finais**

Diante de tais considerações teórico-conceituais e empíricas, a síntese de alguns apontamentos interpretativos torna-se pertinente. Um primeiro apontamento conceitual, portanto, seria o de reforçar a compreensão de que, no contexto urbano atual, se torna ainda mais pertinente que os movimentos populacionais sejam analisados a partir do conceito de mobilidade espacial, a fim de enfatizar sua relação com diversos elementos da estrutura urbana, como o acesso à moradia, trabalho, educação etc. Além de revelar também aspectos da dinâmica urbano-regional.

Em segundo lugar, diante do “encurtamento das distâncias” e dos movimentos no interior de aglomerações urbanas, enquanto a migração pode ser concebida como uma expressão da mobilidade residencial – com toda a complexidade em termos de inserção no espaço físico e social da cidade, acesso a recursos e oportunidades que essa expressão sugere – os movimentos pendulares também podem ser concebidos como expressão da mobilidade cotidiana para trabalho ou estudo.

E em terceiro lugar, a análise das migrações em aglomerações urbanas deve considerar também a sua relação com a mobilidade cotidiana, como os movimentos pendulares em função de trabalho e estudo. Complementar a este último apontamento destaca-se que tais processos de mobilidade espacial podem ser mais bem compreendidos na escala interna da cidade, inserida no contexto urbano-regional. Ou seja, considerar a localização e distribuição das pessoas que migram e que realizam movimento pendular na escala intraurbana, a fim de apreender sua articulação com as estratégias empreendidas pela população para apropriação do espaço urbano. Essa compreensão se insere na abordagem que considera a mobilidade espacial no contexto da geografia das oportunidades, na escala da cidade ou de uma região.

Já no que se refere à abordagem operacional, observa-se que os dados referentes ao movimento pendular apresentam considerável riqueza empírica para trabalhar com os

apontamentos colocados acima. Entretanto, alguns cuidados são necessários ao lidar com as informações censitárias, sobretudo no que se refere a possibilidades comparativas entre os Censos Demográficos Brasileiros de 2000 e 2010. Espera-se que este trabalho e os dados disponibilizados nos bancos referenciados possam contribuir para os estudos a respeito dos processos de mobilidade espacial cotidiana no Brasil por motivos de trabalho e estudo.

### Referências bibliográficas

ALVES, F.; LANGE, W.; BONAMINO, A. A Geografia Objetiva de Oportunidades Educacionais na Cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LASMAR, C. (Orgs.). **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2010. pp. 67-89.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 15 (2), pp. 67-78, 1998.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P., **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. pp. 159-166.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, **Texto para discussão nº 366**, 2009.

CUNHA, J. M. P. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. Santiago de Chile: CELADE-FNUAP, **Serie Población y Desarrollo** (30), 2002a.

\_\_\_\_\_. O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. **Texto para Discussão nº 875**, IPEA, Rio de Janeiro, 2002b.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; JIMENEZ, M. A.; TRAD, I. L. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. 1ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, v. 1, pp. 337-363.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Educação e deslocamento**. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2012. ISSN 0104-3145.

KAZTMAN, R. **Activos y Estructuras de Oportunidades: un estudio sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay** (Coordinador). CEPAL/UNDP: Uruguay, 1999.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

LIMA, W. M. **Novas mobilidades, espaço de vida e desempenho escolar: o caso dos estudantes de ensino médio no município de Natal – RN**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2015.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. “Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, pp. 121-133, out./dez. 2005.

MOURA, R. (coord.). Movimento pendular da população na Região Sul. **Observatório das Metrôpoles: Relatório de atividades**, março/2009. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook\\_file/pendular\\_sul.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/images/abook_file/pendular_sul.pdf)>.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Banco de Dados do Movimento Pendular nos Municípios Brasileiros 2000 e 2010. Disponível em: <[www.observatoriodasmetrolopes.net/metrodata](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/metrodata)>.

OLIVEIRA, A. T. R. Abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, **Estudos e Análises** 1, 2011.

PEREIRA, R. H. M. Polarização urbana e mobilidade da população: O caso dos deslocamentos pendulares na rede pública de ensino médio do Distrito Federal. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006.

RIGOTTI, J. I. R. A (re) distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. XXXII Encontro Anual da Anpocs. **Anais...** ANPOCS, 2008.

RODRIGUEZ, J. La ampliación de la centralidad histórica em Santiago de Chile. São Paulo: **Cadernos Metrôpole**, vol. 13, n. 25, pp. 45-68, jan/jun, 2011.

SILVA, E. T. Estrutura urbana e movimentos populacionais intrametropolitanos. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Águas de Lindoia/SP: ABEP, 2012.

SILVA, E. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrôpoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SIMMONS, A. B. Explicando la migración: la teoría en la encrucijada. Estudios Demográficos y Urbanos, México: **Colegio de México**, v. 6, n. 1, pp. 5-31, enero/abr.1991.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 4ª edição, 1977.

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU). **Conhecendo o SISU**. 2016. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas#conhecendo>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

TAVARES, J. M. S. **Movimentos Pendulares de Estudantes na Região Norte Fluminense**. 2016. 110f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ, 2016.

TAVARES, E.; TAVARES, J. M. S. Movimentos Pendulares de Estudantes no Norte Fluminense: o papel de Campos dos Goytacazes. In: II Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. **Anais...** Florianópolis, 2014.

URRY, J. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007. 336 p.

WOOD, C. H. Equilibrium and historical – structural perspectives on migration. **International Migration Review**, 16 (2): pp. 298-318, 1982.